

**TERMO DE CREDENCIAMENTO
Nº...../2018/SMS, FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
....., PARA CREDENCIAMENTO
DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS
EM CONFORMIDADE COM O
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2018 –
CREDENCIAMENTO 006/2018**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e contratos – GCLC, Sr Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, doravante denominado **CREDENCIANTE** e de outro lado a, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua Nº , neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente termo o credenciamento de entidades da sociedade civil sem fins lucrativos na modalidade comunidade terapêuticas, em regime de residência, permanência 24 (vinte e quatro) horas, em âmbito estadual, com duração mínima de 09 (nove) meses, incluindo a triagem inicial e plano terapêutico de no máximo 09 (nove) meses por recuperado, para tratamento de crianças e adolescentes de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, usuários de Substâncias Psicoativas, em conformidade com o Termo de Referência anexo, e sob a responsabilidade e fiscalização da Secretaria de Município da Saúde – SMS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A SER PAGO: A título de remuneração pelos serviços prestados, o Município do Rio Grande/RS pagará às instituições credenciadas mensalmente, a quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por recuperando, valor este utilizado pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – SENAD no seu processo de credenciamento para a mesma prestação de serviço na modalidade comunidade terapêutica.

Parágrafo Único: O valor será reajustado, pela variação da URM, tendo como data – base para o reajuste a data da publicação do edital do chamamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Credenciada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 30(trinta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro- A liquidação da despesa ocorrerá mediante atestado expedido pela Secretaria de Município Responsável pelo credenciamento quanto ao fiel cumprimento das obrigações.

Parágrafo Segundo - As faturas expedidas serão o resultado do quantitativo do objeto executado no espaço de 30 (trinta) dias, apurado pela fiscalização da Secretaria de Município Responsável pelo credenciamento e por esta recebidas.

CLÁUSULA QUARTA – DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária.

#####

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO: O prazo do presente credenciamento será de 05 (cinco) anos a contar da data de publicação do edital de chamamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA: A credenciada obriga-se a:

- a) Oferecer conforme a necessidade do paciente atendimento psicológico e social, atividades terapêuticas e abordagem à família;
- b) Responsabilizar-se pelo usuário enquanto ele estiver internado na instituição e deverá ser enviado ao CAPS que originou a internação um relatório mensal de cada usuário, descrevendo o andamento do tratamento;
- c) No caso de fuga ou desistência de tratamento por algum usuário, o CAPS responsável deverá ser informado imediatamente;
- d) No termino da internação deverá ser encaminhado ao CAPS de origem em registro de nota de alta;
- e) Dentro do processo de humanização da assistência e preservação dos direitos dos pacientes, não utilizar espaços restritivos como celas fechadas;
- f) Oferecer ao paciente as acomodações necessárias como: cama, colchão, instalação sanitárias, alimentação adequada, higiene, salubridade e segurança;
- g) Respeitar os itens previstos no Termo de Referência anexo;
- h) Somente efetivar as internações dos pacientes regularmente encaminhados mediante documento e autorização para internação pelos CAPSi e/ou CAPS AD.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE: A credenciante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento nos moldes transcritos neste termo;
- b) Efetuar a devida fiscalização através da Secretaria de Município da Saúde;
- c) Regular o fluxo através do Centro de Atenção Psicossocial CAPS - CAPSi e/ou CAPS AD dependendo da faixa etária do usuário.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO E DO SERVIÇO: A fiscalização do presente credenciamento e do serviço será feita pela Secretária de Município da Saúde - SMS, a qual indicará servidor responsável.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, a saber:

- a) advertência;

- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do Contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

Parágrafo Segundo: O não cumprimento reiterado das cláusulas contratuais constituirá motivo para rescisão deste Contrato.

Parágrafo Terceiro: A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo CONTRATANTE, das faturas apresentadas pela CONTRATADA, decorridos 90 (noventa) dias consecutivos da data do vencimento das faturas, sem a satisfação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de

.....
Credenciada

Maicon de Barros Lemos
Secretário de Município da Saúde

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

cc. SMF/SMS/GCLC/CSCI/CONTRATADA

FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável nomeia como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a).

_____ e _____ o (a) senhor
(a) _____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

Maicon de Barros Lemos
Secretário de Município da Saúde

Rio Grande, de de 2018